



INFORMATIVO GIAC 184, de 23 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)
- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)

- [9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima \(não comparecimento do governante\)](#)
- [11/6/2021 – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)
- [15/6/2021 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Amazonas Marcellus Campelo](#)
- [16/6/2021 – Oitiva do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel](#)
- [17/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(não comparecimento\) e do auditor do Tribunal de Contas da União \(TCU\) Alexandre Figueredo Costa Silva Marques \(oitiva adiada\)](#)
- [18/6/2021 – Audiência Pública Interativa com o médico infectologista Ricardo Dimas Zimmerman e com o médico Francisco Eduardo Cardoso Alves](#)
- [22/6/2021 – Oitiva de Osmar Terra](#)
- [24/6/2021 – Oitiva da Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e debate com o epidemiologista Pedro Hallal](#)
- [25/6/2021 às 14h – Oitiva do Deputado Federal Luís Miranda \(DEM-DF\) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde](#)
- [30/6/2021, às 9h – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(oitiva remarçada após o não comparecimento do empresário, no dia 17 de junho de 2020\)](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

CPI da pandemia aprovou requerimento para nova oitiva de Wilson Witzel, ex-Governador do RJ, em sessão reservada

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia aprovaram, na quarta-feira (23), requerimento que convoca novamente o ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, para prestar depoimento perante a CPI. O ex-governante já foi ouvido pela comissão, em 16 de junho, entretanto, em razão de fatos graves terem sido apontados na ocasião, nova oitiva será promovida em sessão reservada.

Além da convocação de Wilson Witzel, a CPI da Pandemia aprovou as seguintes convocações:

- Tenente-Coronel Alex Lial Marinho, ex-Coordenador-Geral de Logística de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, para esclarecimentos de assuntos sobre a crise de oxigênio em Manaus e o episódio da troca de lotes de vacinas entre o Amazonas e o Amapá;
- Representantes do Facebook, do Google e do Twitter, para esclarecimento dos procedimentos adotados pelas redes sociais em relação à publicação de conteúdos falsos;
- Marcelo Oliveira de Souza, médico e Diretor-Presidente da Viação Redentor, empresa carioca

do setor de transportes. Segundo o autor do requerimento, Humberto Costa (PT-PE), funcionários da empresa estariam sendo orientados a tomar ivermectina para prevenir a Covid-19;

- Carolina Palhares Lima, Diretora de Integridade do Ministério da Saúde. De acordo com o requerimento subscrito Humberto Costa, a Diretora enviou ao Tribunal de Contas (TCU) informação sobre irregularidades na compra de kits de reagentes e insumos para testes de Covid-19.
- Deputado Federal Luís Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde, por requerimento do relator, Renan Calheiros, com vistas a esclarecer denúncia de irregularidades na compra da Covaxin.

Solicitação de auditoria: na quarta-feira foi aprovado, ainda, requerimento que solicita auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as "motociatas" promovidas pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Fonte: Agência Senado; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

ADPF 709: STF determinou que União adote medidas protetivas às comunidades Yanomami e Munduruku

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a União adote imediatamente todas as medidas necessárias para proteção à vida, à saúde e à segurança das populações que vivem nas terras indígenas Yanomami e Munduruku, ao referendar pedido de tutela incidental na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709. A decisão da Corte, que segue o entendimento do Ministério Público Federal (MPF), foi proferida em julgamento no Plenário Virtual.

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

MPF/MS expediu recomendação para garantir que indígenas tomem a 2ª dose da vacina contra a Covid-19

Equipes de saúde municipais, estaduais e do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI/MS) devem iniciar buscas ativas dos indígenas que não tomaram as segundas doses da vacina contra a Covid-19, por intermédio de equipes móveis nos territórios de origem e de preferência fora dos horários de trabalho dos indígenas.

Tais medidas fazem parte de Recomendação conjunta expedida pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS), Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado. O documento tem como base, ofício da própria DSEI/MS, que informou o número de doses D1 e D2 aplicadas e constatou baixos índices da 2ª dose entre indígenas de alguns municípios:

MUNICÍPIO	DOSES		DOSES	
	D1	%	D2	%
Coronel Sapucaia	1.430	75,4%	1.001	52,5%
Japorã	2.182	84,8%	1.847	71,8%
Amambai	4.531	79,3%	4.144	72,5%
Aral Moreira	386	78,9%	317	65,6%
Ponta Porã	197	84,5%	172	73,8%
Anastácio	227	67%	202	59,6%
Aquidauana	3081	77,6%	2719	68,5%
Nioaque	772	71,3%	698	64,5%
Porto Murinho (Polo Base Bodoquena)	289	66%	232	53%
Maracaju (Polo Base Bonito)	28	63,6%	21	47,7%
Douradina	426	75,9%	323	57,6%
Dourados	6535	67,2%	4971	51,1%
Iguatemi	67	72%	57	55,9%
Rio Brilhante	28	63,6%	24	54,5%
Miranda	4939	86,8%	4508	79,3%

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

[MPF/PE ajuizou ação pleiteando a adoção de medidas que evitem aglomeração em estações e vagões do metrô em Recife](#)

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF/PE) ajuizou, perante a Justiça Federal, ação civil pública para que a União e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), responsável pelo transporte metroviário na Região Metropolitana do Recife, sejam obrigadas a adotar medidas relativas ao controle de aglomerações nas estações e vagões, dentre outras no que diz respeito ao enfrentamento da Covid-19, além de viabilizar soluções que visem à melhoria do serviço como um todo. A ação foi assinada pelas Procuradoras da República Mona Lisa Duarte Aziz e Natália Lourenço Soares.

A atuação do MPF/PE decorre de inquérito civil instaurado pelo órgão com objetivo de apurar e acompanhar as providências adotadas para proteção da população usuária dos meios de transporte público, durante a pandemia, especialmente em razão da flexibilização das medidas de isolamento social e retomada gradual das atividades econômicas em Pernambuco.

No bojo do inquérito, o órgão expediu recomendação conjunta com o Ministério Público do Trabalho (MPT), em junho do ano passado, para que fossem elaborados planos de prevenção à transmissão da covid-19 e de contingência para retomada gradual de toda a operação. O objetivo foi buscar a preservação da saúde dos trabalhadores e passageiros do metrô, além dos demais cidadãos que com eles tivessem contato.

No entanto, apesar de a CBTU ter acatado a recomendação e elaborado os planos de enfrentamento, foi verificada, com o passar dos meses, a ineficiência das medidas implementadas, principalmente em

função da ausência de fiscalização direta das aglomerações de usuários nas plataformas, sem organização de filas para o ingresso nos terminais de embarque e nos vagões. Também foi constatada grande quantidade de pessoas dentro dos trens e uso inadequado ou não utilização de máscaras pelos usuários.

Íntegra

[Petição Inicial \(Ação Civil Pública nº 0812707-82.2021.4.05.8300, em curso na 9ª Vara Federal em Pernambuco\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Pernambuco

Anvisa emitiu alerta aos profissionais de saúde reiterando a importância de observação das diferenças entre as vacinas contra a Covid-19 distribuídas pelo PNI

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou alerta, na última segunda-feira (21), a fim de mitigar erros no processo de vacinação contra a Covid-19. O documento destina-se aos profissionais de saúde e reitera as diferenças de armazenamento, preparo, dose e administração das vacinas das quatro vacinas distribuídas pelo Programa Nacional de Imunização: Coronavac/Instituto Butantan, AstraZeneca/Fiocruz, Comirnaty/Pfizer e Janssen-Cilag.

Íntegra

[Alerta nº 6/2021 - GGMON](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Covid-19: Acompanhamento do CNJ apontou aumento no número de óbitos, nos sistemas prisional e socioeducativo, em proporção superior ao registro de novos casos da doença

[Boletim](#) produzido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Penitenciário (DMF/CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apontou aumento nos óbitos, entre pessoas presas e profissionais dos sistemas prisional e socioeducativo, em proporção superior ao número de novos casos da doença: “no sistema prisional, o índice de novas mortes nos últimos 30 dias foi de 16,7%, mais que o dobro da taxa de novas contaminações (8,1%). No sistema socioeducativo, os números apresentam cenário semelhante: enquanto o total de mortes subiu 13,8% no último mês, a taxa de novos casos foi de 7,7%”, explicou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Do surgimento da pandemia no país até 15 de junho de 2021, foram registrados, entre servidores do sistema prisional e presos, 496 óbitos e 85.453 casos da doença. No sistema socioeducativo, apurou-se 91 óbitos de servidores e adolescentes privados de liberdade e 9.997 casos de infecção pelo novo

coronavírus.

Monitoramento do contexto local sob a ótica da Covid-19 - Além do acompanhamento de casos e óbitos no âmbito do sistema prisional e socioeducativo, o CNJ, por intermédio dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais (GMFs), divulgou a [25ª edição do Monitoramento Local Covid-19](#).

A publicação abrange informações referentes às unidades da federação que enviaram dados acerca da criação de comitês de acompanhamento de ações para enfrentamento da propagação da Covid-19 (art. 14 da Recomendação nº 62/2020), destinação de verbas oriundas de penas pecuniárias (art. 13 da Recomendação nº 62/2020), realização de testes para diagnóstico da Covid-19, vacinação contra a Covid-19, bem como disponibilização de recursos e equipamentos ao sistema penitenciário e socioeducativo.

Vacinação – Atualmente, o CNJ dispõe de dados sobre a vacinação de pessoas privadas de liberdade e profissionais dos sistemas prisional e socioeducativo de dezoito estados (Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). Segundo o órgão, no sistema prisional, 45.514 servidores tomaram a primeira dose da vacina contra a Covid-19 e 31.844 foram imunizados com as duas doses. Entre os presos, 11.609 tomaram a primeira dose da imunização e 1.297 completaram a vacinação.

No sistema socioeducativo, 13.537 servidores e 66 adolescentes privados de liberdade receberam a primeira dose do imunizante. Desse total, 3 adolescentes e 3.569 servidores já integralizaram o esquema vacinal.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Instituições contribuem para deflagração de operações contra ilícitos relacionados ao Auxílio Emergencial e ao repasse de recursos para combate à Covid-19

A fim de investigar ilícitos relacionados ao Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982/2020 e pelo Decreto nº 10.661/2021, e ao repasse de recursos destinados ao enfrentamento da Covid-19, a Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal e órgãos como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União têm atuado na investigação e deflagração de operações. Confira, a seguir, as operações executadas entre os dias 17 e 22 de junho:

- [Operação Sexta Parcela](#) - Operação deflagrada por meio da Estratégia Integrada de Atuação contra as Fraudes do Auxílio Emergencial (EIAFAE), integrada pela Polícia Federal (PF),

Ministério da Cidadania (MC), Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério Público Federal (MPF), Receita Federal do Brasil (RFB), Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). A ação cumpriu 35 mandados de busca e apreensão, 2 mandados de prisão temporária, 1 mandado de prisão Preventiva e 12 mandados de sequestro de bens a fim de reprimir as fraudes ao Auxílio Emergencial.

- [Operação Sufocamento](#) – Operação deflagrada em trabalho conjunto envolvendo a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal. A ação visou dismantlar grupo criminoso atuante em simulações de dispensas de licitação, no município Girau do Ponciano/AL, e desvios de recursos públicos federais destinados ao enfrentamento da Covid-19.
- [Operação Transparência](#) – Operação deflagrada mediante parceria entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF), para apurar irregularidades em contratações de caráter emergencial promovidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe. Os procedimentos licitatórios destinaram-se à aquisição de máscaras cirúrgicas descartáveis, a locação de contêineres e ao fornecimento de alimentação parenteral.
- [Operação Inconcinnus](#) – Operação deflagrada pela Polícia Federal para apuração de fraude em contratação de empresa fornecedora de medicamentos empregados contra a Covid-19, nos municípios de Santana/AP e Pedra Branco do Amapari/AP.
- [Operação Inter Pares](#) – Operação deflagrada pela Polícia Federal para desarticular grupo criminoso investigado por promover fraudes licitatórias e irregularidades contratuais, no âmbito dos municípios de Bacurituba/MA e Bom Jesus das Selvas/MA, em contratos que envolvem recursos federais destinados ao combate à pandemia.

Fonte: Controladoria-Geral da União; Polícia Federal

Estudo divulgado pela Fiocruz avaliou a percepção dos brasileiros em relação à pandemia

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, na semana passada, o estudo intitulado "Confiança, atitudes, informação: estudo sobre a percepção da pandemia de Covid-19 em 12 cidades brasileiras".

O estudo, elaborado pelo Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), reuniu respostas de 1.643 cidadãos atinentes à gravidade e aos perigos da Covid-19; às fontes de informação e confiabilidade; à checagem de fatos; às atitudes, precauções e prioridades para enfrentamento da doença; e às relações de confiança na ciência para avaliar a percepção dos brasileiros com relação à pandemia.

De acordo com a Fiocruz, a pesquisa revelou que uma parcela dos indivíduos consultados entende a importância de se informar corretamente, de adotar as medidas sugeridas pelas autoridades da saúde e de se confiar nas instituições científicas como fontes de informação.

Íntegra

[Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção de Covid-19 em 12 cidades brasileiras](#)

Estudo da agência de saúde do governo britânico constatou efetividade das vacinas AstraZeneca e Comirnaty contra a variante Delta

Estudo publicado em *pre-print* pela *Public Health England* (PHE), agência de saúde do governo britânico, constatou que duas doses da vacina AstraZeneca são capazes de conferir 92% de efetividade contra a hospitalização pela variante Delta do vírus Sars-CoV-2. Quando aplicada apenas uma dose, a efetividade cai para 71%.

O estudo avaliou ainda a vacina Comirnaty, da Pfizer/BioNTech. De acordo com informações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Comirnaty alcançou efetividade média de 94% contra a hospitalização pela variante Delta, após uma dose, e 96 % depois da aplicação da segunda dose.

Íntegra

[Effectiveness of COVID-19 vaccines against hospital admission with the Delta \(B.1.617.2\) variant](#)

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Trabalhadores do transporte coletivo e profissionais do ensino superior passam a ser grupo prioritário na campanha de vacinação contra a Covid-19

O Ministério da Saúde informou, na quarta-feira (23), a distribuição de mais de 7 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, divididas entre Comirnaty/Pfizer (2,3 milhões), CoronaVac/Instituto Butantan (3,2 milhões) e Janssen-Cilag (1,5 milhão), aos estados e o Distrito Federal.

Segundo o [25º Informe Técnico](#), relativo às atuais entregas, os profissionais de educação do ensino superior e os trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbanos e de longo curso passam a integrar os grupos de prioridade atendidos pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Com essa remessa, a pasta da saúde atingiu 129 milhões de doses entregues às Unidades da Federação e [90 milhões de doses aplicadas](#).

Ministério da Saúde publicou, na terça-feira (22), a autorização de 91 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar destinados ao tratamento de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19

Na última terça-feira (22), o Ministério de Saúde publicou as autorizações, em caráter excepcional e temporário, de 91 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVPs) destinados ao atendimento exclusivo de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19. Segundo o órgão, os LSVPs são voltados ao tratamento de pacientes que não evoluíram para o estado grave da doença, mas necessitam de suporte de

oxigênio.

A medida abrange os estados do Ceará, Amazonas, Bahia, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Minas Gerais. Conforme informações da pasta da Saúde, neste ano foram autorizados 3,8 mil leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 22 de junho de 2021, informam que o Brasil registra 18.054.653 casos de infecção pelo novo coronavírus e 504.717 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Senado Federal aprovou texto de Medida Provisória que concede estímulo tributário para a comercialização de oxigênio medicinal

O Senado Federal, por meio do Plenário, aprovou o texto original da [Medida Provisória nº 1.033/2021](#), que oferece estímulo tributário para a comercialização de oxigênio medicinal, insumo amplamente utilizado no enfrentamento da Covid-19.

A Medida Provisória, cuja validade expira nesta quinta-feira (24), determina que a receita auferida por empresa autorizada a operar nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), em decorrência da comercialização de oxigênio medicinal, não será considerada no cálculo do percentual da receita bruta oriunda da exportação. De acordo com o Senado, a MP segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Senado Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2021](#) - decreta luto oficial no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, por 3 (três) dias, em virtude do número de vítimas do covid-19, que ultrapassa a marca de 500 mil óbitos.

[Resolução GECEX nº 211, de 21 de junho de 2021](#) - concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia decorrente da Covid-19.

[Portaria nº 1.246, de 21 de junho de 2021](#) – em virtude da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Cornélio Procópio/PR, Cerquilha/SP e Tietê/SP.

[Portaria SEPEC/ME nº 4.089, de 22 de junho de 2021](#) - autoriza, de forma excepcional, a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional, conforme disposto no art. 428 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, na modalidade à distância, até 31 de dezembro de 2021

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>